

ÍNDIOS

# Collor dá 180 dias para demarcação das reservas dos ianomamis

por Cleide Castro de Brasília

Antes de descer a rampa do Palácio do Planalto — de braços dados com o cacique txucarramãe Raoni e mais um grupo de aproximadamente 50 índios — o presidente Fernando Collor de Mello determinou, na última sexta-feira, a revisão de todos os atos relacionados à questão Ianomami. Esse trabalho deverá estar concluído no prazo de 180 dias.

Segundo o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, o presidente fixou o dia 19 de abril, em que se comemorou o "Dia do Índio", para que se concluisse o estudo da comissão interministerial — formada pelos ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e da Infra-Estrutura, bem como pelas secretarias de Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos —, relativo ao assunto. Baseado em exposição de motivos da comissão, Collor revogou 21 decretos do governo Sarney, que previam a criação de dezenove reservas indígenas e três áreas de garimpo nas terras Ianomami.

Os decretos, declarados insubsistentes, "criaram dezenove ilhas de índios nas tribos Ianomami separadas — eu chamaria um imenso arquipélago — por direitos de garimpagem e

## Entidades lamentam adiamento

por Regina Scharf de São Paulo

O núcleo de Direitos Indígenas, a Comissão pela Criação do Parque Ianomami, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação e a União das Nações Indígenas divulgaram na sexta-feira uma nota na qual lamentam a decisão do presidente Fernando Collor de Mello de protelar por mais 180 dias (prorrogáveis) a demarcação definitiva da reserva Ianomami em Roraima. As entidades declaram, entretanto, seu apoio à decisão de revogar os decretos do governo Sarney que instituíram 19 ilhas de território Ianomami em meio a manchas de floresta nacional, hoje ocupadas por garimpeiros.

Márcio Santilli, secretário-executivo do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), organização não-governamental formada após a promulgação da Constituição federal, diz que as entidades indígenas aguardavam uma demarcação definitiva do território Ianomami. Ele afirma que a área já foi suficientemente identificada em suas características e seus limites, o que eliminaria a necessidade de novos estudos preparatórios.

A NDI espera que os 9,4 milhões de hectares interditados por Collor sejam integralmente declarados reserva Ianomami, mas temem que o prazo estabelecido pelo presidente dê margem a pressões de interesses contrários por parte de garimpeiros, militares ou do próprio governo de Roraima.

algumas florestas nacionais", afirmou Passarinho, ao explicar que agora o governo "reabre" a questão, possibilitando um debate mais aberto e estudos mais aprofundados sobre a problemática dos índios.

### DEMARCAÇÃO

Segundo informações do Palácio do Planalto, será iniciado um novo processo de demarcação, que o governo brasileiro pretende transformar em exemplo no tratamento dado às terras indígenas. Também estaria em estudo um progra-

ma de desenvolvimento para os estados de Roraima e Amazonas, com vistas a oferecer alternativas produtivas de base sustentável, bem como possibilidades de maior cooperação e intercâmbio com os países limítrofes.

O cancelamento das dezenove reservas envolve 9,4 milhões de hectares e,

sobre a revogação dos decretos, o governo argumenta que há controvérsias quanto aos estudos realizados para a demarcação das dezenove áreas, além de irregularidades nos mapas, que serviram de base para a demarcação nos relatórios e não cumprimento de disposições legais relativas ao processo demarcatório.